

Ao longo dos últimos dois anos, a Petrobrás vem sendo vítima de um bombardeio midiático que nada tem a ver com os crimes de corrupção que sangram a empresa desde muito antes de 2003 e com os quais jamais fomos e seremos complacentes. Esses ataques têm por objetivo fragilizar a estatal brasileira e com isso justificar a entrega do Pré-Sal.

Nós trabalhadores da Petrobrás, próprios e terceirizados, assim como a sociedade brasileira, somos todos vítimas dessa campanha de desmoralização da companhia. Os prejuízos são mais do que visíveis: a cadeia produtiva do setor petróleo foi fortemente impactada, a indústria naval está em frangalhos e a engenharia nacional, desmontada. O resultado são milhares de desempregados e o PIB em queda livre, puxada pelos desinvestimentos da Petrobrás.

É em meio a esse cenário que Pedro Parente assume interinamente a Presidência da Petrobrás pelas mãos de um governo golpista. Já chegou avisando que não interessa à empresa ser operadora do Pré-Sal, que intensificará a venda de ativos e que não admitirá interferência política na companhia, sendo ele próprio fruto de uma indicação política do PSDB.

Além disso, Pedro Parente tem se posicionado de forma oportunista em relação à crise da Petrobrás, como se fosse algo isolado do que ocorre com outras petrolíferas no mundo, também impactadas pela brutal queda dos preços do barril do petróleo. Trata o estratégico legado de conquistas da companhia como “administração desastrosa” e diz que sua missão é recuperar a credibilidade da empresa junto ao mercado. Certamente ele não se recorda, mas a primeira vez que a Petrobrás recebeu avaliação de grau de investimento por uma agência internacional de classificação de risco foi em 2005, seguida de outras duas certificações em 2007.

É no mínimo leviano Pedro Parente querer atribuir a crise da Petrobrás à corrupção, quando na verdade várias outras companhias estão em dificuldades financeiras em função da queda de mais de 40% nos preços do petróleo. A britânica BP registrou prejuízo em 2015 de 8,49 bilhões de dólares. A Statoil perdeu US\$ 4,9 bilhões e a norte-americana ConocoPhillips, fechou o ano negativamente em US\$ 4 bilhões. No caso da Petrobrás, o impacto da crise foi ainda maior por conta da desvalorização cambial.

RESPEITO AOS TRABALHADORES

Em mensagem enviada aos trabalhadores no dia 13 de junho, Pedro Parente tentou se explicar sobre as ações a que responde na Justiça. disse que o fazia “em respeito” aos trabalhadores que merecem a sua “total consideração”. Que respeito e consideração ele tem por nós se já avisou que irá abrir mão do Pré-Sal, beneficiando as multinacionais, que são concorrentes da Petrobrás? Respeitar a categoria é despejar ativos no mercado com os preços do petróleo em baixa? Que consideração tem pelos trabalhadores descartando qualquer tipo de intervenção financeira por parte do acionista majoritário?

Sem novas reservas do Pré-Sal, sem ativos e sem recursos do Estado, qual será o futuro da Petrobrás e dos seus trabalhadores, a quem Pedro Parente diz ter tanto respeito e consideração?

NADA A TEMER?

Ao tentar esquivar-se dos prejuízos que causou aos cofres públicos no período em que foi ministro de Fernando Henrique Cardoso, Pedro Parente se fez de vítima, alegando ser “alvo de ataques pessoais por parte de órgãos sindicais”. Mas, os processos que correm na Justiça contra ele não foram inventados pela FUP ou por seus sindicatos. São fatos.

Quem acusa o presidente da Petrobrás é o Ministério Público Federal, nas ações que move contra ele nas 20ª e 21ª Varas Federais de Brasília por conta de sua participação no Proer. O socorro financeiro que o governo FHC deu aos banqueiros entre 1995 e 2001 causou na época um rombo bilionário nos cofres públicos. As ações contra Pedro Parente são referentes a dois dos sete bancos privados beneficiados pelo Proer, o Bamerindus e o Econômico, que, segundo o MPF, causaram prejuízos de R\$ 2,9 bilhões ao Estado, que corrigidos em valores atuais equivalem a mais de R\$ 15 bilhões.

Também não é ilação da FUP a participação do atual presidente da Petrobrás na venda de 30% da Refap, em dezembro de 2000, que causou à companhia prejuízos de US\$ 2,3 bilhões, em função da troca de ativos realizada com a Repsol/YPF. A estatal cedeu na época US\$ 3 bilhões em ativos à multinacional e recebeu em troca US\$ 750 milhões. Pedro Parente era membro do Conselho de Administração da Petrobrás e autorizou a negociata. Por isso responde à Ação Civil Pública no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, no Rio Grande do Sul, que aguarda a perícia dos valores negociados e suas implicações.

A FUP e seus sindicatos continuarão mobilizando a categoria e a sociedade brasileira em defesa da soberania nacional. O Pré-Sal e a Petrobrás são os maiores bens que o povo dispõe para construir uma nação com desenvolvimento econômico e social. Não podemos permitir que Pedro Parente e os golpistas entreguem esse patrimônio de mão beijada ao mercado.

Lutar sempre. Temer jamais.